

Pesquisa em Debate

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO (1900-1930).

RELATIONS OF PRODUCTION AND SOCIAL ISSUE IN THE CITY OF SÃO PAULO (1900-1930)

Alzira Lobo de Arruda Campos

Livre docente pela Unesp e professora da Universidade São Marcos

Marcos Cardoso Gomes

Doutor em Letras pela USP e professor da Universidade São Marcos

Resumo

Durante a República Velha, o tema da “questão social” integrou-se à linguagem nacional, nas versões clássicas do socialismo utópico, do anarquismo e do socialismo científico, incorporando aos seus *corpus* doutrinários as condições brasileiras da exploração do trabalho pelo capital. Na óptica da burguesia republicana, a questão social continuava a ser considerada como produto de desordeiros e de agentes da subversão. O Brasil viveria a “paz social”, na melhor tradição do assistencialismo cristão. Do ponto de vista teórico, esta foi a grande discussão travada pela vanguarda revolucionária e pelos agentes do *statu quo*, dois setores dialeticamente opostos, mas que concordavam com a idéia de que a revolução proletária estava em curso e que seria preciso montar uma estratégia para fazer com que a “questão social” se diluísse nos quadros do socialismo cristão, afastando-se do materialismo histórico. Em São Paulo, a “questão social” foi alimentada pela presença de imigrantes estrangeiros nas fábricas, que trouxeram a sua experiência de militantes revolucionários às fileiras operárias, organizadas em sindicatos ou partidos de esquerda, em processo de formação.

Palavras-chave: questão social; organização da esquerda brasileira; sindicalismo; cidade de São Paulo.

Abstract

During the Old Republic, the theme of "social issue" has joined the national language, in the classical versions of utopian socialism, anarchism, and scientific socialism, incorporating to their doctrinal corpus the Brazilian conditions of exploitation of labor by capital. In the view of the republican bourgeoisie, the social issue was still being considered as a product of rioters and agents of subversion. The Brazil lives "social peace" in the best tradition of Christian assistant way. From the theoretical point of view, this was the great debate waged by the revolutionary vanguard and by the agents of the status quo, two sectors dialectically opposed, but agreed with the idea that the proletarian revolution was underway and would need to build a strategy to with the "social question" is diluted in the tables of Christian socialism, away from the historical materialism. In Sao Paulo, the "social issue" was fueled by the presence of foreign immigrants in the factories, who brought their experience of revolutionary militants to the ranks of workers, organized in unions and leftist parties in the training process.

Key words: social issue; organization of Brazilian left; trade unionism; city of São Paulo.

A chamada “questão social” tomou novo impulso, no Brasil, com a formulação de um pensamento de esquerda, tornado conseqüente a partir da década de 20, quando se organizou o Partido Comunista do Brasil. Esse pensamento incorporou teses marxistas-leninistas, segundo as correntes adversárias do stalinismo e do trotskismo. A revolução proletária, pretendida pelas lideranças que então se formaram, amadureceu à luz dessa ideologia, tizada por fortes sobrevivências do anarquismo e do socialismo utópico. Foi na dissidência mais compacta do trotskismo e nas dissidências fragmentárias do autocrítico, que o próprio pensamento hegemônico do bolchevismo leninista-stalinista se afirmou.

No campo antitético, a reação à pretendida sociedade sem classes adaptava o seu discurso às contingências históricas brasileiras, recolhendo suportes doutrinários do anti-bolchevismo nacional & internacional e das informações recolhidas tanto em interrogatórios dos presos políticos quanto em dados conseguidos por intermédio de uma ampla rede de “serviços reservados”, estabelecida junto a sindicatos, jornais e líderes revolucionários. Assim se formou, em 1924, uma polícia técnica, especializada em delitos políticos, abrigada em duas delegacias — de “Ordem Política” e de “Ordem Social” —, submetidas a uma superintendência. Em São Paulo, essa polícia adquiriu importante envergadura em 1924, 1930-1932 e 1937. Dotados de amplos recursos, prodigalizados pelo bernardismo e getulismo, policiais caçaram implacavelmente “propagandistas do credo vermelho” e “agitadores da massa trabalhadora”, reunindo, pelas prisões e confiscos, documentos fundamentais para que a história da esquerda no Brasil perca muitas de suas incertezas, reducionismos ou verdades nebulosas.

Foi nesse contexto, que a “questão social” se transformou em termo recorrente nos discursos oficiais e na linguagem revolucionária. Este artigo analisa esse processo no âmbito de São Paulo, cidade que abrigou alguns dos líderes mais vigorosos da esquerda nacional, uma vez que o desenvolvimento agro-industrial paulista atraiu levas crescentes de imigrantes, aumentando a classe operária e as suas lideranças. Estas, reunidas em organizações partidárias e sindicais, centralizou a sua ação política na defesa dos direitos do trabalho frente ao capital, procurando encaminhar a “questão social” para a luta de classes.

No ambiente de turbulência nacional, pouco acostumado ao pagamento de salários, tendo-se em conta o passado recém-encerrado de 400 anos de escravidão, a teoria do trabalho construía-se a partir da prática social. Jornais operários transmitem bem as preocupações sobre a “questão social”, como podemos ler extensamente na imprensa operária da época. Foi apenas em 1919 que Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo, reconheceu pela primeira vez, publicamente, que no Brasil existia questão social, aconselhando representantes paulistas na Câmara Federal e no Senado que tomassem a iniciativa de pleitear a rápida adoção de um projeto que consagrasse em lei brasileira as conclusões da legislação operária votada pela Conferência de Paz. Nessa ocasião, existiam 100.000 trabalhadores “em parede na Paulicéia”.¹

De fato, as conquistas trabalhistas em São Paulo, nos trinta primeiros anos do século passado, produziram-se por intermédio de longas lutas, nas quais os operários declararam-se em greve por causa das condições insuportáveis de trabalho e não especificamente por posições ideológicas. Estas foram sendo afirmadas e confirmadas no decorrer dos movimentos operários, pelas lideranças de esquerda — anarquistas e socialistas — que se puseram à frente do movimento, convidadas, muitas vezes, para participar das negociações entre as partes em dissídio. A cidade de São Paulo, uma verdadeira e complexa metrópole para a época, tinha mais de 200.000 habitantes, que viviam precariamente em meio à carestia de vida, destituídos de direitos trabalhistas que lhes garantissem condições dignas de sobrevivência. Nesse quadro, a agitação dos operários era inevitável e se acompanhava por explicações que atestam o amadurecimento da classe laboral em direção à consciência de classe, que se avizinhava.

Nas três primeiras décadas do século XX, o tema candente da “questão social”, surgido na metade do oitocentismo europeu, integrou-se à linguagem nacional, nas versões clássicas do socialismo utópico, do anarquismo e do socialismo científico, incorporando aos seus *corpus* doutrinários as condições brasileiras da exploração do trabalho pelo capital. Na óptica da burguesia (agrária ou “industrial”) a questão social continuava a ser considerada como produto de desordeiros e de agitadores da subversão. O Brasil viveria a “paz social”, na melhor tradição do assistencialismo cristão. No ponto de vista teórico, esta

¹ Jornal: *Voz do Gráfico*, 3/12/1926, p. 3

foi a grande discussão travada pela vanguarda revolucionária e pelos agentes do *statu quo*, nos dois decênios iniciais deste século.

No ambiente de turbulência nacional, pouco acostumado ao pagamento de salários, tendo-se em conta o passado de 400 anos de escravidão recém encerrado, a teoria do trabalho construía-se a partir da prática social. Jornais operários transmitem bem as preocupações sobre a “questão social”, como podemos ver na matéria: “Há ou não há a questão social no Brasil?”, publicada pelo órgão oficial da União dos Trabalhadores Gráficos, associação que englobava os jornalistas aos gráficos em geral e que foi a mais atuante na luta pelos direitos trabalhistas, até 1930.² Francisco José, o autor do artigo, informa que a votação e a promulgação das leis de férias anuais, descanso dominical e indenização por acidentes de trabalho evidenciariam o reconhecimento oficial de que no Brasil existiria questão social, apesar de os “trombeadores de má fé terem dito e redito, tanto no Conselho Municipal, como na Câmara e no Senado que no Brasil não há questão social”. A mesma matéria esclarece que até o ano de 1919 políticos e jornalistas diziam que as greves eram obra de agitadores profissionais, na sua maior parte, estrangeiros; não havia questão social, mas unicamente perturbadores da ordem. O primeiro a reconhecer publicamente que no Brasil existia questão social foi o Dr. Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo, quando, em 4/5/1919, dirigiu um telegrama a Álvaro de Carvalho e Carlos de Campos, líderes das bancadas paulistas na Câmara Federal e no Senado, recomendando-lhes que tomassem a iniciativa de pleitear a rápida adoção de um projeto que consagrasse em lei brasileira as conclusões da legislação operária votada pela Conferência de Paz. Teria assim agido pressionado pela agitação de 100.000 trabalhadores “em parede na Paulicéia”.³

De fato, as conquistas trabalhistas em São Paulo, nos vinte primeiros anos deste século, produziram-se por intermédio de longas lutas, nas quais os operários declararam-se em greve por causa das condições insuportáveis de trabalho e não especificamente por posições ideológicas. Estas foram sendo afirmadas e confirmadas no decorrer dos

² Conf. em: CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “*Tempos de viver*”: *dissidentes comunistas em São Paulo (1931-37)*. Tese de livre-docência. São Paulo: Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP, 1998. Mimeo.

³ *Voz do Gráfico*. Rio de Janeiro, 3/12/26, p. 3.

movimentos operários, pelas lideranças de esquerda — anarquistas e socialistas — que se puseram à frente do movimento, convidadas, muitas vezes, para participar das negociações entre as partes em dissídio. A cidade de São Paulo, uma metrópole no quadro da época, tinha mais de 200.000 habitantes, vivendo precariamente em meio à carestia de vida, sem vínculos empregatícios que lhes garantisse condições dignas de sobrevivência. Nesse quadro, a agitação dos operários era inevitável e acompanhava-se por explicações que atestam um amadurecimento da classe laboral.

Assim é que, em 1889, a imprensa paulista registra que as “paredes” estavam contagiando todas as classes proletárias, como moda importada da Europa, mas a mesma imprensa reconhece que as agitações operárias eram motivadas por baixos salários, carestia de vida e condições trabalhistas intoleráveis: “Os gêneros de primeira necessidade, carne, feijão e todos os alimentícios têm subido tanto de preço, que as classes operárias e pobres estão quase privadas deles”.⁴ O problema da carestia de vida, neste ano e nos subseqüentes, é vinculado a dois fatores: ao emissionismo e ao aumento na procura de gêneros alimentícios, provocado pela introdução de massas sucessivas de imigrantes, pela lavoura paulista.⁵

A cidade de Santos, pela zona portuária, foi palco de numerosas greves e de grupos de esquerda importantes. Em 1889, saíram da Capital 40 praças para conter grevistas do porto de Santos. Os cônsules de Portugal e Espanha intervieram junto aos seus patrícios portuários, conseguindo que a situação se normalizasse.⁶ Em maio de 1891, novamente os portuários entram numa greve de “proporções assustadoras”, que atingiu o comércio, bancos e armazéns da estrada de ferro e conduziu ao fechamento preventivo da Alfândega e da Mesa de Rendas.⁷ O Chefe de Polícia de São Paulo, acompanhado do secretário e de três ordenanças desembarcou em Santos, a pedido de autoridades e diretores de companhias santistas, encontrando 600 trabalhadores das pedreiras e do porto, armados de paus, revólveres, etc., marchando sobre a cidade, tendo à frente bandeiras brancas e vermelhas e obrigando operários de construção e pedreiras a acompanhá-los. Apesar da prisão de um

⁴ *O Estado de São Paulo*, 1/12/1889.

⁵ BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo, Ed. Símbolo, 1977, p. 15.

⁶ *O Estado de São Paulo*, 13/12/1889.

⁷ *Correio Paulistano*, 16/5/1891.

português e outro espanhol, considerados líderes do movimento, e da intervenção de uma força de 32 praças, a agitação continuou.⁸ Nesse impasse, a Associação Comercial chamou, como mediador, José Augusto Vinhais, tenente de Armada, deputado à Constituinte e chefe do Partido Operário.⁹ Contrariando as expectativas daqueles que o chamaram, Vinhais concordou com os operários e entrou em choque com Quintino de Lacerda, que organizava turmas de “homens de cor” para retomar o trabalho dos grevistas. Por essas posições favoráveis aos operários parados, Vinhais foi expulso de Santos pelo Chefe de Polícia, a pedido da Associação Comercial. Em 22 de maio, o *Correio Paulistano* noticiou o fim da greve, em que toda a classe marítima se uniu, com “algumas prisões e algumas rifladas”.

Três anos após, em agosto, empregados dos escritórios e telegrafistas da São Paulo Railway, em Santos, entraram em greve, por um aumento de 30%. Demitidos, foram substituídos por trabalhadores provenientes da Capital, mas conseguiram a solidariedade de conferentes e operários, que obtiveram a readmissão dos companheiros despedidos.¹⁰

Em 1896-97, os chapeleiros das oito fábricas existentes em São Paulo entraram em greve, articulados pelo Centro Socialista. A reação apoiou-se em ameaças de *lock-out* e na ação policial, terminando com o “triumfo da ordem”, amplamente comemorado pela imprensa.¹¹

O ano de 1901 assinalou amplos movimentos operários na capital paulista. Vidreiros, na maioria franceses, recusaram-se a receber salários em francos em lugar de mil-réis, o que deveria acontecer a partir de 1 de março de 1901. O movimento foi vitorioso e, ainda uma vez, contou com o apoio dos socialistas.¹² Em 16 de fevereiro desse ano, revoltadas com mudança na sistemática de remuneração por tarefa, 600 operárias da fábrica de tecidos Sant’ Anna, pertencente a Antonio Álvares Penteado, entraram em greve. As grevistas foram apoiadas por anarquistas (*Fanfulla, Tribuna Italiana*) e socialistas (*Avanti*). Obtiveram, ademais, o apoio da Liga de Resistência dos Trabalhadores em Madeira, dos

⁸*Correio Paulistano*, edições de 16/5/1891 e 19/5/1891.

⁹Partido ao qual conciliar as reivindicações da massa popular, no período imediatamente posterior à proclamação da República, ao mesmo tempo em que o Código Penal consignava uma severa legislação contra o aliciamento para a greve. Cf. em: BEIGUELMAN, Paula. *Op. cit.*, p. 17.

¹⁰BEIGUELMAN, Paula. *Op. cit.*, p. 18.

¹¹*O Estado de São Paulo*, 13/2/1897.

¹²*Avanti*, n.o 22, 16/17 de março de 1901.

Operários de Artes Gráficas e Anexas e de trabalhadores de S. Roque. Os últimos arrecadaram perto de 12\$000 em benefício da greve. Serviu como negociador trabalhista o diretor do *Avanti*, Alcides Bertolotti. A vitória do movimento foi comemorada pela imprensa proletária, como um triunfo de 700 mulheres, débeis e indefesas, contra a prepotência do capitalismo esfaimador, demonstrando “o valor altíssimo da união, que transforma um aglomerado anônimo de máquinas de trabalho numa coletividade pensante, consciente e respeitada, concretizando em fatos a verdade expressa nos versos do nosso Hino dos Trabalhadores”.¹³ No segundo semestre de 1901, a Cia. Industrial de São Paulo tentou modificar a tarifa de salários, provocando a greve de seus operários, que reivindicavam, além da antiga tarifa, jornada de 12 horas - das 6 às 18 horas -, com uma hora de descanso, pagamento salarial no segundo sábado de cada mês, saída às 16,30 aos sábados e direito do operário a um prazo de três dias para justificar o não comparecimento ao serviço, em caso de moléstia. Novamente, Bertolotti foi escolhido para conduzir as negociações, mais uma vez bem sucedidas, embora a imprensa proletária desse parte de brutalidades que estariam ocorrendo na fábrica, levantando dúvidas quanto ao cumprimento do acordo.¹⁴ As duas greves vitoriosas levaram o *Avanti* a incentivar uma campanha para a formação de ligas de resistência dos tecelões, setor que registrou diversas tentativas de rebaixamento salarial, dada a existência de mercadoria estocada. Em outubro de 1901, tentativa nesse sentido da fábrica Regoli, Crespi e Cia. deflagrou a greve dos operários de teares a mão (que pretendiam o restabelecimento da tabela de junho), dos teares a máquina e de outras seções que reivindicavam melhorias salariais. Desta vez a reação conseguiu quebrar a solidariedade entre os grevistas e o trabalho foi retomado depois de efetuadas algumas dezenas de prisões de trabalhadores, apontados como os instigadores do movimento.¹⁵

Em 1901, trabalhadores de pedreira conseguiram, por movimento grevista, a redução da jornada de trabalho de 12 para 10 horas. Outras greves reivindicavam a pontualidade no pagamento salarial e, embora mal sucedidas, deram ensejo ao Segundo

¹³ *Avanti*, n.o 20, 2/3 e 3/3/1901.

¹⁴ *Avanti*, n.o 41, 27/28 de julho de 1901.

¹⁵ *Avanti*, n.o 52, 123/13 de outubro de 1901.

Congresso Socialista Brasileiro, reunido em maio de 1902, na capital paulista, de anunciar a generalização de ofensivas operárias à opressão capitalista.¹⁶

O mês de março de 1902 assinalou a greve dos operários da fábrica de chapéus Deodato Leme, pelo pagamento salarial no princípio de cada mês. Essa greve foi apoiada pelos anarquistas, com cobertura dada pelo periódico *O Amigo do Povo*, dirigido por Neno Vasco. O Núcleo Filodramático Libertário realizou um espetáculo em benefício dos grevistas, os quais receberam a solidariedade da Liga de Resistência dos Sapateiros, recebendo, ademais, 748\$113 arrecadados da caixa da Liga de Resistência da categoria e de coleta procedida entre chapeleiros das demais fábricas. Essa solidariedade não se manteve, pois dois meses mais tarde o movimento malogrou, pela traição à causa comum de uns “pochi krumiri” (fura-greves).¹⁷

Em outubro de 1902, as tecelãs da Fábrica de Tecidos Anhaia, no Bom Retiro, levantaram-se contra os maus tratos inflingidos pelo mestre de teares à Emma Sartorelli, de 17 anos de idade, que acabou por ser demitida sumariamente. Reunidas num teatrinho da Rua dos Imigrantes, as grevistas designaram Ascendino Reis e Alcebíades Bertolotti, do *Avanti*, para solicitar à empresa a readmissão da companheira despedida e a exclusão do mestre de teares. A vitória foi obtida após um mês de luta, mas como recomeçassem as insolências dos contra-mestres as tecelãs da Anhaia retornaram à greve, em meio à forte simpatia da classe operária.¹⁸

Em dezembro de 1902, registraram-se agitações entre os operários das fábricas de tecido Regoli & Crespi (Moóca) e Sant’Anna (Brás), sufocadas por violenta repressão policial contra piquetes e líderes trabalhistas. O Círculo Socialista, do Brás, encampou as reivindicações operárias, enquanto que a imprensa burguesa rejubilava-se pelas medidas policiais de salvaguarda da ordem, tratando como desordeiros os grevistas.¹⁹

No ano de 1904 houve revoltas contra medidas que implicavam diminuição salarial e demissão de operários da S. Paulo Railway e da fábrica de tecidos Dell’ Ácqua, de S. Roque. No último movimento, interveio o jornalista Antônio Picarollo, redator do *Avanti*.

¹⁶ DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 26.

¹⁷ *O Amigo do Povo*, n.o 5, 7/6/1902.

¹⁸ *O Amigo do Povo*, n.o 16, 22/11/1902.

¹⁹ *Correio Paulistano*, 14/1/1903.

Essas lutas fracassaram pelos seus objetivos imediatos, mas contribuíram para a organização da massa trabalhadora paulista.

No ano seguinte, a Cia. Lidgerwood, na Barra Funda, diminuiu os vencimentos dos operários que ganhavam acima de 400 réis por hora e 250\$000 por mês, devido “aos baixos preços prevalecentes para todos os produtos do seu ramo”. Os seus 160 empregados entraram em greve, mas defrontados com a intransigência da empresa e intimidados pela ação policial voltaram ao trabalho, submetidos às imposições que haviam repudiado.²⁰

Em julho, o setor de calçados tentou diminuir salários sob o pretexto de evitar corte de pessoal, mas fracassou diante da reação operária, pois os empresários não tinham interesse em ver interrompido o trabalho.²¹

Movimento mais amplo ocorreu em junho de 1905, partindo dos estivadores do Porto de Santos e se estendendo a carroceiros, operários de pedreiras, engraxates, marchantes, barbeiros e até padeiros. A intervenção policial nesse movimento, requerida pela Associação Comercial de Santos, acirrou a repressão, reduzindo os líderes grevistas à condição de delinqüentes comuns. *La Bataglia*, de Oreste Ristori, denuncia os atentados contra as ligas e lideranças operárias operados pela polícia, referindo-se a deportações sem processo e ao degredo de operários para o Acre, onde eram vendidos como escravos.²²

No dia 15 de maio de 1905, 3500 operários da Companhia Paulista entraram em greve, revoltados com a política da empresa de reduzir pessoal e salários e com a transferência de um conferente da estação de Jundiaí para Ribeirão Bonito, contra a qual esse conferente pedira a intervenção da Liga Operária. A greve se alastra para a Mogiana e para oficinas e fábricas da Capital, ocorrendo confrontos entre operários e a polícia. Ainda uma vez, os operários são considerados criminosos, perturbadores da ordem pública, da paz e do sossego das famílias e desorganizadores do trabalho, “fim primordial de todas as suas intenções”.²³ A repressão sangrenta de um comício em Jundiaí, e a cobertura que o aparelho repressivo concedeu à Companhia, configurando a greve como “sedição contra a ordem pública”, decretaram a falência do movimento. Os trabalhadores foram aceitos pela

²⁰ *Correio Paulistano*, 19/2/1905.

²¹ *Correio Paulistano*, 20/7/1905.

²² Ano III, n.o 70, 4/3/1906.

²³ *Correio Paulistano*, 29/5/1906.

empresa, ”excluídos aqueles que procederam de maneira agressiva, assaltando as linhas num entusiasmo de cego rancor mal contido”.²⁴

Em maio e junho de 1907, os operários da cidade de São Paulo realizaram uma grande demonstração de força pela jornada de oito horas, atendendo à recomendação do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de 1906. Esse movimento resultou vitorioso para trabalhadores das pedreiras e carpinteiros, apesar da violenta reação policial. Uma vez terminada a greve, empresas que haviam entrado em acordo com os trabalhadores, tornaram a aumentar o número de horas de trabalho, fato denunciado contundentemente por *La Bataglia*, que pede sejam boicotados os produtos da Matarazzo, tanto em S. Paulo, como no interior. Matarazzo, chamado de “ignóbil exterminador de crianças” era acusado de fazer afixar na cidade manifestos como sendo da Liga Operária conclamando os trabalhadores a tornar a adquirir seus produtos. A anistia lhe era, porém, negada, uma vez que os empregados dispensados por participar da greve continuavam na rua, com seus filhos e companheiras na mais negra miséria.²⁵

O *Correio Paulistano* noticia em 23/11/1907 que costureiras haviam entrado em greve, exigindo melhor remuneração dos seus serviços e que o 1.º delegado iria “processar diversos indivíduos que, nada tendo com a questão entre as costureiras e os patrões, vivem a insuflar aquelas, procurando fazer alastrar-se o movimento paredista”. O movimento ganhou força no início de dezembro, com as grevistas impedindo que uma ou outra companheira quebrasse a solidariedade, entrando em serviço.²⁶ A presença de socialistas e anarquistas no movimento evidencia-se em jornais desses grupos. *Avanti*, jornal socialista, foi empastelado pela polícia, chefiada então por Washington Luís. *La Bataglia* explica a greve como decorrência da “exploração escandalosa exercida pelos turcos sobre as costureiras de casos e vestidos de carregação”, conclamando uma greve geral para toda a classe das trabalhadoras da agulha e finalmente uma “agitação geral feminina”.²⁷

²⁴ *Correio Paulistano*, 31/5/1906.

²⁵ *La Bataglia*, n.º 131, 28/7/1907.

²⁶ *Correio Paulistano*, 4/12/1907.

²⁷ n.º 146, 24/11/1907.

Suspensa a greve, em meados de dezembro, com entendimentos sobre nova tarifa, *La Bataglia* denuncia que essa tarifa foi abandonada, um dia após terem as grevistas retornado ao trabalho.²⁸

Os chapeleiros iniciaram uma greve nas últimas semanas de dezembro de 1907. O movimento, que se prolongou por dois meses, fracassou devido à violenta repressão policial. Os proprietários da Mattanò, Serricchio & Cia. agradeceram em carta a Washington Luís as prontas providências tomadas pela polícia no sentido de reprimir a greve dos operários daquela fábrica e pela decorrente normalização do trabalho.²⁹

A agitação operária foi prejudicada pela recessão econômica de 1908, quando as limitadas conquistas dos trabalhadores foram perdidas pela situação de desemprego e pela ação violenta da polícia, chamada rotineiramente pelos patrões para coibir movimentos grevistas. Mesmo assim, em setembro, os empregados das Docas de Santos entraram em greve pela jornada de oito horas e aumento salarial. A repressão violentíssima³⁰ não impediu o alastramento da greve às categorias de carroceiros e de ensacadores de café. *La Bataglia* dedica página inteira à greve de Santos, reforçando a denúncia sobre a fuzilaria e os cárceres cheios de inocentes, com a transcrição de matéria publicada pelo advogado Martim Francisco no *Comércio de S. Paulo*, verberando as violências policiais.³¹

Em São Paulo, frações de categorias (operários em construção, marcenaria e carpintaria, chapéus, calçados, tipografia) promoveram greves de solidariedade aos doqueiros, sob a liderança da Federação Operária. A polícia prendeu operários acusados de aliciamento à greve; Washington Luís enviou uma força de cavalaria para garantir o trabalho na fábrica de tecidos Santa Maria.³²

²⁸n.o 148, 15/12/1907.

²⁹*Correio Paulistano*, 12/2/1908.

³⁰“Devidamente escoltados, chegaram ontem a esta Capital, diversos operários presos em Santos, como insufladores da greve das Docas. Uma turma veio pela manhã, outra à tarde, sendo apresentados à autoridade de serviço na Repartição Central da Polícia. Os grevistas foram recolhidos ao xadrez, à disposição do Secretário da Segurança Pública”. (*Correio Paulistano*, 19/9/1908).

³¹N.o 186, 30/9/1908.

³²*Correio Paulistano*, 26/9/1908.

A greve foi sufocada após intervenção federal, não conseguindo os operários mais do que uma tarifa de 500 réis por hora, o que obrigaria a uma jornada de dez horas para perfazer os 5\$000 diários e não as oito horas reivindicadas.

La Bataglia continua a ser o principal órgão da imprensa proletária a apoiar as greves, em 1909, demonstrando a liderança dos trabalhadores pelo anarquismo. Por outro lado, ao apresentar os movimentos operários, fornece um painel vivo sobre a situação da classe laboral paulista, indicando as condições objetivas encontradas, mais tarde, pelos comunistas. Sobre o movimento grevista dos pedreiros, ocorrida em setembro de 1909, movimento que reivindicava o pagamento de 6\$000 diários para os pedreiros e 4\$000 para os ajudantes, pagos semanalmente, diz o articulista: “O uso, imperante neste país, de pagar os operários depois de 50 dias e mesmo dois ou três meses de trabalho é bárbaro, vergonhoso, uma vez que com isso o operário em que ser capitalista e, não o sendo, é constrangido, para não morrer de fome, a hipotecar, junto ao armazém, seu trabalho a uma taxa de usura, pagando os gêneros de primeira necessidade 20% mais que o preço comum. /.../ Não achamos que a greve resolva o problema social, mas, diante da dignidade lesada, é inútil discutir coerência”.³³

Ainda em setembro de 1909 os operários da Vidraria Sta. Marina deflagraram greve por aumento de salário para os menores, portadores de garrafas. O gerente chamou a polícia e, em represália, a greve se estendeu a toda a fábrica. Os operários organizaram uma comissão para representá-los, comissão que exigiu a demissão do gerente. A direção da fábrica concordou com o aumento salarial das crianças, mas se recusou a demitir o gerente, ameaçando com *lock-out* caso o trabalho não fosse reiniciado. Nesse sentido, o forno a mão foi apagado, com a dispensa dos que nele trabalhavam, os quais foram intimados a abandonar as casas que habitavam, pertencentes à fábrica, num prazo de oito dias. Os operários dos fornos a máquina foram ameaçados com a mesma sanção.³⁴ A imprensa cooptada contra-reagiu diante da simpatia que os paredistas estavam conseguindo junto à opinião pública, noticiando o fim do movimento, com a despedida dos operários: “Os 500 ou 600 desordeiros /.../ que lá se conservam, usando da concessão de oito dias, que lhes fez

³³N.º 229, 19/9/1909.

³⁴*Correio Paulistano*, 15/9/1909.

a diretoria do estabelecimento para se mudarem dos prédios pertencentes à fábrica, não podem, em rigor, ser considerados paredistas. Trata-se, realmente, de desordeiros, se não, anarquistas, que se divertem a fazer passeatas com bandeiras vermelhas, a disparar tiros, a intimidar as pessoas ordeiras das vizinhanças. Esses indivíduos, não sendo mais empregados da fábrica, não têm direito algum de promoverem manifestações contra a respectiva direção. Ontem, os desordeiros impediram que alguns operários estrangeiros, que iam procurar trabalho, se entendessem com o gerente da fábrica. É, como se vê, o começo da violência. Estamos, porém, informados de que a autoridade agirá com decisão e firmeza, no sentido de fazer respeitar todos os direitos e de impedir quaisquer atos de força”.³⁵

La Bataglia apresentava, paralelamente, a versão dos trabalhadores: ao pedido de aumento salarial para as crianças, o gerente “assassino” chamara a polícia, a qual lançara a cavalaria sobre filhos e mulheres dos operários; o dr. Antonio Prado, presidente do Conselho Administrativo da fábrica, demitira os operários, para constrangê-los à rendição incondicional, dando ao mesmo tempo ordem de despejo para os que ocupassem casas da Companhia e fechando as portas do armazém, fornecedor de víveres aos operários; a escola, mantida pelos operários, foi despejada com o mestre e os escolares; 200 soldados armados de fuzil estavam a postos para fazer carga sobre os operários, chamados (diz *La Bataglia*) de desordeiros e anarquistas pelo *Correio Paulistano*.³⁶

Apesar desse ambiente de agitação, o proletariado paulistano estava longe de ser homogêneo. Boa parte continuava indiferente aos movimentos de classe e fiel às suas origens pequeno-burguesas. Outro segmento compartilhava da ideologia da classe dominante, maravilhados, como nota Basbaum, com os “belos e incendiários discursos dos grandes tribunos populares da época, tais como Maurício de Lacerda ou Irineu Machado, ou mesmo Rui Barbosa”.³⁷ Entretanto, grupos crescentes de operários ingressava nos sindicatos e militava em grupos anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas e mesmo comunistas, embora estes fossem ainda incipientes no cenário brasileiro. As tentativas de associação dos operários eram constantemente ameaçadas, com invasões de recintos nos quais se faziam reuniões preparatórias de movimentos reivindicatórios, prisões e dispensas

³⁵*Correio Paulistano*, 15/9/1909.

³⁶N.º 229, 19/9/1909.

de emprego de lideranças trabalhistas, etc. Assim, a demissão de dois empregados da Light, motivada pelo fato de serem eles os chefes e organizadores da União Defensora dos Empregados da Light, motivou uma “parede” de seus colegas, abortada pela prisão de diversos motorneiros, acusados como principais chefes do movimento.³⁸

O ano de 1911 registra amplo movimento de pedreiros e categorias anexas de São Paulo, orientado pela Liga dos Pedreiros e pelos grupos anarquistas de *La Bataglia* e *Lanterna*. Houve a adesão de 10.000 operários, sem que se contasse uma só traição. O movimento se estendeu a Campinas, Jaú e Sorocaba. Nesta última, os operários de três fábricas de tecidos, que trabalhavam 13 horas diárias, reivindicavam a jornada de dez horas. No incitamento à greve geral, reclama *La Bataglia*: os alfaiates, que trabalhavam 15 horas, as costureiras e modistas, 16, 17, por que não aderiam?³⁹ A repressão, ainda uma vez, sufocou esse movimento, prendendo várias dezenas de operários e os redatores de *La Bataglia* e *Lanterna*, vistos como os fomentadores do movimento.⁴⁰

A carestia de gêneros alimentícios e dos aluguéis, em 1912, tornou particularmente angustiante a situação dos trabalhadores na capital paulista. O temor à sedição popular provocou várias medidas, tanto do governo, quanto dos empresários.

No início de 1912, fundara-se a Liga Industrial de S. Paulo, que se propunha a evitar as greves dos operários “pelos meios suasivos ao seu alcance e pela oportuna intervenção junto aos patrões e autoridades”.⁴¹ Poucos meses depois, ocorreu a fundação do Centro Industrial dos Fabricantes de Calçados, aglutinando fabricantes em torno das casas Clark, Rocha, Melillo e outras.⁴² Essa medida coincidiu com a irrupção de greve no setor e visava a fazer frente a uma insatisfação operária já evidente desde a constituição da Liga Industrial.⁴³ Com efeito, em maio, perto de 800 operários da fábrica Clark entraram em greve pela jornada de oito horas e aumentos salariais para toda a categoria. Os industriais articularam-se preventivamente, decidindo pelo *lock-out*, o que acirrou os ânimos. A greve

³⁷ *Op. cit.*, p. 307.

³⁸ *Correio Paulistano*, 20/11/1910.

³⁹ N.º 316, 6/8/1911 e n. 317, 13/8/1911.

⁴⁰ *La Bataglia*, n.º 317, 13/8/1911.

⁴¹ *Correio Paulistano*, 14/2/1912.

⁴² *Correio Paulistano*, 16/5/1912.

⁴³ BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de S. Paulo*, p. 66.

se alastrou, envolvendo 10.000 operários, calçadistas e de outros ramos, como o têxtil (Fábrica Nacional de Tecidos de Juta e Mariângela). Os grevistas se organizaram no Centro Operário, dispostos a não aceitar intermediários para a solução da crise e a não voltar ao trabalho sem serem atendidas as condições pedidas pelos empregados da fábrica Clark. Os empresários, como de hábito, recorreram às autoridades policiais. Efetuaram-se numerosas prisões, como o do secretário dos operários em malharia, Francisco Calvo, o qual depois de 15 dias de detenção, precarissimamente alimentado e dormindo no cimento úmido de um cubículo privado de ar, foi atirado, à guisa de livramento - devido a *habeas corpus* impetrado em seu favor - , num bosque distante da cidade onde foi encontrado, gravemente doente, a ponto de não poder deixar o leito.⁴⁴

O setor têxtil foi o primeiro a ceder: os tecelões, “miseros escravos, trabalhando pais e filhos sem chegar a alcançar mais que a fome” - cujo aguçamento, durante a greve, seria justamente esperado pelos patrões - “para reavê-los logo nas mesmas condições horribéis de antes, sob os pés”.⁴⁵

No setor de calçados, uma parcela de grevistas resistia bravamente, até chegar, em meados de junho, ao confronto direto com a polícia. Um inspetor de polícia foi ferido a punhal por um operário, quando tentava efetuar a prisão de piqueteiros, após o quê, o 4.º delegado recebeu autorização do dr. Sampaio Vidal, Secretário da Justiça e Segurança Pública, de agir com a máxima energia contra os grevistas exaltados.⁴⁶

Após 50 dias de luta, os grevistas cederam. *La Bataglia* procura salvaguardar a coesão da operária: “Fala-se em krumiragem, mas nós não sabemos o que dizer, pois numa luta de braços cruzados, depois de 50 dias há os que têm mais fome que outros”.⁴⁷

Em agosto de 1912, os portuários de Santos novamente se agitaram por melhores condições de trabalho e aumento salarial, conseguindo paralisar todos os serviços internos da Cia. Docas, a qual passou a ser guardada por um contingente de 250 praças de infantaria e 25 de cavalaria, com armas embaladas. *La Bataglia* registra que a polícia saqueara novamente a Federação Operária de Santos e que os portuários estavam sujeitos a um

⁴⁴ *La Bataglia*, 26/5/1912.

⁴⁵ *La Bataglia*, 26/5/1912.

⁴⁶ *Correio Paulistano*, 15/6/1912.

⁴⁷ N.º 357, 15/6/1912.

trabalho “arquibestial”, coerente com uma “república de negreiros e descendentes de negreiros”.⁴⁸

Em 11/9/1912, o deputado Dr. Antonio C. Salles Júnior apresentou projeto de lei para transformar o Patronato Agrícola (estabelecido pela lei n.o 1299-A, de 27/12/1911, com o objetido de “resolver, por meios suaves, quaisquer dúvidas que porventura surjam entre os operários agrícolas e os seus patrões”) em Patronato do Trabalho. O Patronato deveria intervir “preventivamente nas questões do trabalho, a fim de conciliar divergências e estabelecer acordo entre os interessados”, assim como zelar pela fiel observância do Decreto Federal n.o 1313, de 1891, relativo ao trabalho de menores nas fábricas.⁴⁹ Nesse mesmo ano, a imprensa proletária denunciava que na cidade de São Paulo havia crianças de nove anos trabalhando dia e noite e que 80% das mulheres eram obrigadas a trabalhar 12 horas por dia, porque o salário de maridos e pais não era suficiente.⁵⁰

A legislação repressiva continuou a se radicalizar, levada pelo temor dos empresários diante da agitação proletária. As atenuantes do Decreto n.o 1641, de 7/1/1907, que punia com a expulsão o estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometesse a segurança nacional ou a tranqüilidade pública, foram revogados pelo Decreto 2741, de 8/1/1913, promulgado por Hermes da Fonseca. O mal-estar no meio operário, decorrente da carestia de vida, agravou-se com a lei de expulsão e da tendência do empresariado, face à perspectiva de recessão, de negar terminantemente o aumento, ou, mesmo, reduzir os salários.⁵¹

Os operários se mobilizaram, nesse impasse, em torno da Confederação Operária Brasileira, resolvendo pela realização de comícios nos diversos centros urbanos contra a carestia, o salário baixo e a excessiva jornada de trabalho.⁵² As lideranças operárias paulistas buscam frustrar a proibição das autoridades para a realização de comícios, promovendo reuniões em diversos bairros da Capital, para depois convergir todos os que nelas tomarem parte ao Largo São Francisco, para um comício de protesto. As autoridades resolveram, então, proibir as reuniões parciais, dispersando os primeiros grupos que se

⁴⁸ Edição de 25/8/1912.

⁴⁹ Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Anno I, número 4, 3.o trimestre de 1912.

⁵⁰ *La Bataglia*, n.o 323, 24/9/1911.

⁵¹ BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*, p. 70.

formavam nos bairros do Cambuci, Bexiga, Bom Retiro, Moóca e Brás. Dispersados, os operários tomaram bondes com destino ao Largo da Sé para ouvir um orador, mas também esse comício foi dispersado pelo delegado incumbido do policiamento naquele ponto, coadjuvado por duas praças de cavalaria.⁵³

Os movimentos grevistas de 1913 atestam o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora. O *Germinal*, informando sobre greve de 800 operários da Nami Jafet, reivindicando aumento de 20% sobre os salários e a diminuição de uma hora da jornada de trabalho, denuncia a situação de meninos que trabalhavam no turno noturno, das 6 horas da tarde às 6 da manhã, e que tiveram seus salários diminuídos ao passarem para o serviço diurno.⁵⁴ Um mês depois da deflagração do movimento, os funcionários da Jafet retornaram ao trabalho, sem nada conseguir. O mesmo aconteceu com operários de uma fábrica do Belenzinho, contra os quais o 5.o delegado enviou uma força de 30 praças.⁵⁵

Alguns setores reduzem o salário. Foi o que aconteceu para 100 operários que trabalhavam na construção da Catedral, e que tiveram, sob alegação da crise econômica, seus salários diminuídos de 3\$700 para 3\$400.⁵⁶

A crise de 1914 abateu-se pesadamente sobre os proletários paulistas, que se defrontaram, pela primeira vez, com o desemprego em massa. Em agosto, já configurado o estado de calamidade pública, a imprensa da Capital patrocinou um Comitê de Assistência em benefício das famílias desempregadas.⁵⁷ D. Miguel Kruse, um dos organizadores do movimento, declarou, no dia 27 de agosto, que devido às desordens e acúmulo de pessoas no Largo de S. Bento, o mosteiro resolvera não mais distribuir gêneros e dinheiro aos necessitados que procuravam diariamente a instituição. Por outro lado, o Prefeito cedia as chaves de um prédio no Largo da Sé para a instalação de um armazém beneficente e uma comissão de senhoras da Cruz Vermelha se prontificava a colaborar.⁵⁸ Calculava-se, nessa ocasião, a existência para mais de 10.000 operários sem trabalho na cidade de São Paulo.

⁵² *Germinal*, n.o 1, 16/3/1913.

⁵³ *Correio Paulistano*, 21/4/1913.

⁵⁴ *Germinal*, edição de 1.o de maio de 1913, Guerra Social.

⁵⁵ *Correio Paulistano*, 6/5/1913.

⁵⁶ *Correio Paulistano*, 11/10/1913.

⁵⁷ *Correio Paulistano*, 26/8/1914.

⁵⁸ *Correio Paulistano*, 27/8/1914.

Como era previsível, as comemorações do 1.o de maio de 1914 foram marcadas por violentos protestos das associações operárias contra o aumento do custo de vida e o brutal desemprego.⁵⁹ Um ato público marcado para o dia 2 de agosto, no Largo da Sé, contra a guerra, a carestia e o desemprego, foi proibido, sendo efetuadas algumas prisões.⁶⁰

Anarquistas e socialistas formavam a vanguarda dos movimentos operários. Os primeiros defendiam a revolução social como a única estratégia capaz de resolver a crise.⁶¹ Os segundos, ao contrário, propunham uma tática relativamente contemporizadora, empenhando-se em propor soluções para a crise, como a redução das taxas sobre os gêneros de primeira necessidade - para gáudio dos aproveitadores do comércio, segundo os anarquistas. Também propuseram a abertura de frentes de trabalho em obras públicas. Na sala Celso Garcia, realizaram uma reunião à qual compareceram cerca de 3000 operários, que aprovou as conclusões seguintes: 1. reabertura imediata dos estabelecimentos industriais em condições normais; 2. eventual distribuição de terra cultivável, com auxílio do Estado para o começo da cultura; 3. início de grandes trabalhos públicos, fixado preliminarmente um salário mínimo; 4. instituição de cooperativas de consumo para a venda de gêneros pelo justo preço.⁶² Os operários afluíram a novos comícios realizados no Bom Retiro, Brás, Barra Funda, Cambuci, Água Branca e Lapa, para aprovar as moções acima, mas o Legislativo Federal ocupava-se da crise, mas para resguardar as classes ricas. O projeto de empréstimo da municipalidade para financiar obras públicas, que propiciassem empregos, foi sistematicamente negligenciado pelo Prefeito, declaram os socialistas desanimados.⁶³

Os anarquistas criticavam a Comissão de Socorros Públicos, que não passaria de uma tática do Chefe de Polícia para sufocar o protesto proletário. Apresentava, como alternativa à comissão burguesa, um Comitê de Defesa Proletária, com o retorno dos operários a agitações mais decisivas.⁶⁴

⁵⁹ *Avanti*, 1/5/1914.

⁶⁰ *Correio Paulistano*, 3/8/1914.

⁶¹ *La Propaganda Libertária*, Ano I, n.o 11, 16/5/1914, artigo de Gigi Damiani.

⁶² *Avanti*, 28/8/1914.

⁶³ *Avanti*, 12/9/1914.

⁶⁴ *La Bataglia*, n.o 12, 3/10/1914.

Com efeito, as autoridades conseguiram contornar a agitação operária e o Presidente do Estado, Rodrigues Alves, em mensagem enviada em 1915 ao Congresso Legislativo, pôde afirmar, no item *Ordem Pública*: “O nosso Estado gozou de inteira paz durante o ano findo, não tendo havido nenhuma ocorrência anormal. O Governo, como lhe cumpria na atual emergência, procurou, pelos meios a seu alcance, dar destino a um grande número de pessoas que se encontravam sem trabalho em São Paulo, fornecendo-lhes meios de transporte para o interior, de preferência para os centros agrícolas.”⁶⁵

A guerra agravou a penúria dos trabalhadores, elevando o custo dos gêneros de primeira necessidade e tornando-os escasso no mercado interno. *O Estado de S. Paulo*, de 4/6/1917, apresenta o quadro de uma indústria que trabalhava fundamentalmente com moças e menores e conservava “na desocupação, no regime doloroso do salário baixo, pobres operários adultos com mulher e filhos.”

Recrudescem as agitações operárias em 1917. Em junho, perto de 2.000 operários do Cotonifício Crespi, na Moóca, entram em greve, exigindo um aumento de 20% nos seus salários. A empresa, em resposta, fecha as portas por tempo indeterminado.⁶⁶ Melhor resultado obtiveram, em julho, os grevistas da Estamparia Ipiranga, da firma Nami Jafet e Companhia: sua reivindicação de 20% para o trabalho diurno e 25% para o noturno, foi aceita pelo empresário, defrontado com a atitude firme dos operários.⁶⁷

Os operários da Crespi, sempre em greve, receberam o apoio da Liga Operária do Ipiranga, a qual divulgou a solicitação dos grevistas de que houvesse boicote aos produtos da fábrica, pois suspeitavam de que, embora fechada, continuasse sua produção em outro estabelecimento.⁶⁸ O movimento grevista se alastra, atingindo, por fim, cerca de 20.000 trabalhadores. O chefe de polícia, Tirso Martins, comandou a repressão, prendendo centenas de operários. Houve fuzilaria, com o saldo de três mortos. Foi nesse movimento que Miguel Costa aderiu à causa operária, conseguindo que o Comitê de Defesa Proletária⁶⁹ se reunisse com 10 jornalistas, apresentando uma pauta mínima de reivindicações, que foi encaminhada ao governo e industriais. Em 15 de julho, pela intermediação de 13

⁶⁵ *Correio Paulistano*, 15/7/1915.

⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 20/6/1917 e 30/6/1917.

⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 5/7/1917 e 7/7/1917.

⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 6/7/1917.

jornalistas, o Comitê conseguiu do governador Altino Arantes a libertação dos operários presos, o reconhecimento do direito de reunião, além da resolução de que fossem cumpridas as normas sobre o trabalho dos menores, prometendo, também, o estudo de leis sobre o trabalho noturno das mulheres e dos jovens e a garantia de manutenção de preços dos gêneros de primeira necessidade. Na Praça da Concórdia, no dia seguinte a tais resoluções, realizou-se o maior dos comícios organizados para divulgar as conquistas operárias. Os 80.000 operários presentes⁷⁰ assumiram a tarefa de organizar a massa operária e encerraram a reunião cantando *A Internacional*.

Em 1917, o movimento operário sentiu dois fortes impactos. A entrada do Brasil na guerra forneceu às autoridades novos argumentos e instrumentos de pressão contra o movimento operário. Em setembro desse ano, o governo do Estado de S. Paulo deportou 20 líderes trabalhistas e prendeu Edgard Leuenroth, acusando-o último de ter sido o autor intelectual da greve geral de julho de 1917. Em finais de outubro, as notícias sobre a Revolução Russa chegaram ao Brasil, provocando grande entusiasmo nos meios operários, fato que levou a polícia a afirmar que, de uma forma geral, a primeira manifestação concreta de propaganda comunista no Estado de S. Paulo verificou-se com a greve geral de novembro de 1917, na Capital, pois “o processo que se empregou para o desenvolvimento daquela gravíssima crise fornece-nos índices irrefutáveis da orientação ideológica de seus dirigentes”, embora a polícia confessasse não dispor de elementos para identificar o que era, naquela época, o PCB, qual a sua força, quais os seus agentes, quais os seus métodos.⁷¹

A esse tempo, como fica evidente no relato acima, o movimento operário se enfeixava quase toda nas mãos dos anarquistas e anarco-sindicalistas, dispersos pelas associações de classe e sociedades operárias ou agrupados em torno da Federação Operária do Estado de S. Paulo. Como, no entanto, o trabalho anarquista se caracterizasse “pela completa ausência de método de organização, fenômeno a que os comunistas denominam 'espontaneísmo' e norma de trabalho a que ferozmente combatem, a preparação metódica das massas, a ofensiva sistemática dos paredistas, a extensão e a intensidade do movimento

⁶⁹Formado por líderes trabalhistas, a fim de fazer frente ao fechamento dos sindicatos pela polícia.

⁷⁰Na avaliação de Everardo Dias (*História das lutas sociais no Brasil*, p. 303).

⁷¹*A PROPAGANDA COMUNISTA NO ESTADO DE S. PAULO, "HISTÓRICO"*. 10/7/35. Prontuário do Partido Comunista do Brasil, n. 2431, v. 9, f. 74. ARQUIVO DO DEOPS.

de 1917, dizem bem claro ter sido ele fruto dos primeiros trabalhos de agitação comunista”.⁷²

Com a declaração do estado de guerra com a Alemanha e o conseqüente estado de sítio (26/10/1917), o movimento operário paulista passou por uma estagnação, retornando nas comemorações do primeiro de maio de 1919, quando, no comício da Praça da Sé, uma multidão de trabalhadores aplaudiu vivamente a Manuel Campos, delegado do Partido Comunista do Brasil, Florentino de Carvalho, Hélio Nigro e Edgard Leuenroth, o último a discursar e o mais ovacionado. O comício terminou com *A Internacional* e com uma marcha pelas ruas paulistanas dos participantes, com uma comissão de frente formada por moças vestidas com blusas vermelhas.⁷³

No dia seguinte a essa manifestação, irrompeu um movimento grevista que se generalizou, atingindo a cerca de 50.000 operários e se estendeu a outras cidades paulistas. Os trabalhadores, representados pelo Conselho-Geral dos Operários, insistiam na jornada de oito horas, na proibição do trabalho aos menores de 14 anos e do trabalho noturno às mulheres, reclamando, ademais, um salário mínimo e a redução dos preços dos gêneros alimentícios e dos aluguéis. Embora esse movimento contasse com a simpatia aparente do governador e do secretário de Justiça do Estado, a reação policial foi violenta: grevistas e “responsáveis intelectuais” foram encarcerados, a cavalaria foi lançada contra os operários. Não obstante, as principais reivindicações da greve de 1919 foram atendidas.

As greves de 1917 e 1919, pela sua extensão e profundidade, provocaram relatos diversos sobre a situação do operariado em São Paulo. A “questão social” recebeu destaque nas esperas públicas. Como observa Paula Beiguelman, o ostensivo interesse governamental, de um lado visava neutralizar a agitação e de outro apresentá-la como fruto de obstinada intransigência e excessiva pressa dos interessados...⁷⁴ Na campanha presidencial de 1919, os políticos concorriam em torno da disposição de preservar a tranqüilidade pública, pela promulgação de leis, já consignadas internacionalmente na Conferência da Paz. Na verdade, não se pretendia melhorar condições de trabalho numa

⁷² *Loc. cit.*, f. 73.

⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 1.o e 3 de maio de 1919. *Apud*: DULLES, J.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*, pp. 72-73.

⁷⁴ *Os companheiros de S. Paulo*, p. 101.

indústria que empregava fundamentalmente mulheres e menores nos seus setores principais - têxtil e alimentício. *A Plebe* denuncia que crianças de 9 e dez anos eram obrigadas a trabalhar por tarefa, sendo depois prejudicadas no peso do material utilizado e ainda por cima, multadas por se rirem ou por irem beber água.⁷⁵

O depoimento insuspeito de Jorge Street, quando da promulgação da legislação social de 1934, confirma o emprego de menores. Ele confessa ter trabalhado com crianças de dez a 12 anos e talvez menos, “porque nestes casos os próprios pais enganam”. O horário normal era de dez horas e quando necessário, de 11 ou 12. E racionalizava: “Nos países fortemente industrializados, em que a oferta de braços é excessiva e o trabalho mais escasso, há sempre a tendência, baseada em razões mais econômicas do que propriamente de proteção moral, a elevar-se cada vez mais a idade de admissão dos menores nos trabalhos industriais e comerciais. No Brasil não prevalece essa razão; não só é o desenvolvimento físico entre nós mais precoce, como há, indubitavelmente, antes falta do que excesso de braços. Na economia particular do trabalhador, além disso, existe a necessidade real de transformar o mais cedo possível o peso morto que é o filho menor, em elemento auxiliar, útil pelo trabalho.”⁷⁶

Fontes

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Anno I, número 4, 3.o trimestre de 1912.

Jornal: *Voz do Gráfico*. Rio de Janeiro, 3/12/26, p. 3.

Jornal: *Correio Paulistano*, 16/5/1891; 19/5/1891; 12/2/1908; 19/9/1908; 26/9/1908; 15/9/1909; 20/11/1910; 14/2/1912; 16/5/1912; 14/1/1903; 19/2/1905; 20/7/1905; 29/5/1906; 31/5/1906; 4/12/1907; 15/6/1912; 21/4/1913; 6/5/1913; 11/10/1913; 3/8/1914; 26/8/1914; 27/8/1914; 15/7/1915.

Jornal: *Avanti*, nº 22, 16/17 de março de 1901; nº 20, 2/3 de março de 1901; nº 41, 27/28 de julho de 1901; nº 52, 123/13 de outubro de 1901; de 1/5/1914; 28/8/1914; 12/9/1914.

⁷⁵Ano III, n.o 28, 9/10/1919.

Jornal: *O Amigo do Povo*, nº 5, 7/6/1902. nº 16, 22/11/1902.

Jornal: *La Bataglia*, nº 131, 28/7/1907; nº 146, 24/11/1907; nº 148, 15/12/1907; nº 186, 30/9/1908; nº 229, 19/9/1909; nº 316, 6/8/1911; nº 323, 24/9/1911; nº. 317, 13/8/1911; de 26/5/1912; nº 357, 15/6/1912; nº 12, 3/10/1914.

Jornal: *Germinal*, n.o 1, 16/3/1913; edição de 1.o de maio de 1913, Guerra Social.

Jornal: *La Propaganda Libertária*, Ano I, n.o 11, 16/5/1914, artigo de Gigi Damiani.

Jornal: *O Estado de São Paulo*, 13/12/1889; 13/2/1897; 20/6/1917; 30/6/1917; 5/7/1917; 7/7/1917; 6/7/1917.

Bibliografia

A PROPAGANDA COMUNISTA NO ESTADO DE S. PAULO, "HISTÓRICO". 10/7/35.

Prontuário do Partido Comunista do Brasil, n. 2431, v. 9, f. 74. *ARQUIVO DO DEOPS.*

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *"Tempos de viver": dissidentes comunistas em São Paulo (1931-37).* Tese de livre-docência. São Paulo: Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP, 1998. Mimeo.

BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo.* São Paulo, Ed. Símbolo, 1977.

DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935.* Trad. De Cesar P. Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DIAS, Everardo Dias. *História das lutas sociais no Brasil.* Temas Brasileiros nº 8 São Paulo: Editora Edaglit, 1962.

⁷⁶A *Legislação Social Trabalhista no Brasil*, 1934. Apud: BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*, p. 107.